

Uma Nova Democracia: A sociedade ocupando o Estado

Jorge Machado

Professor do curso Gestão de Políticas Públicas

Universidade de São Paulo

Citação:

(2012) MACHADO, Jorge. Uma Nova Democracia: a Sociedade ocupando o Estado. In Lamari, R. (Org.) **Pensando São Paulo** - Ciclo de Debates. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, pp. 209-212. ISBN 9788566432.

Online: http://www.forum-global.de/jm/art2012-13/a_sociedade_ocupando_estado_machado.pdf

Sumário:

Nesse texto, exploro a importância de ampliar a participação social e de reformar a democracia, através de ocupação do Estado por parte dos cidadãos. Neste enfoque, o Estado, assim como outras instituições políticas e morais são vistas como abstrações sustentadas pela poder tácito ou inconsciente dos cidadãos transferido a poucos. Nesse sentido, a falta de acesso à informação, de participação social e de controle da gestão pública seriam não apenas expressões da apropriação das instituições coletivas por pequenas elites, como também de uma situação insustentável que pede a retomada desse poder original ao povo. Amparada nas tecnologias de informação, a participação social seria uma forma de reconstruir legitimamente as instituições coletivas e também um método de governo. Esse texto é o resultado de palestra e debates promovidos pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, para discutir os problemas da cidade. Ele foi escrito por ocasião da eleição para prefeito da capital paulista, sendo o livro entregue ao eleito – no caso, Fernando Haddad – em sua posse.

Palavras-chave: ocupação do estado, participação social, Estado, gestão pública

Transparência e participação são virtudes fundamentais numa moderna democracia. Mas para que efetivamente ocorram na gestão pública devem contar com a clara disposição por parte do ocupante do cargo público. É isso que se espera do Prefeito eleito. Sua legitimidade deve vir não apenas das urnas, mas decorrer da participação dos cidadãos ao longo de todo mandato. Decisões que são realizadas de forma participativa, se engrandecem de legitimidade, pois tornam os cidadãos corresponsáveis pelos resultados. Ao mesmo tempo, fortalecem o chefe do Executivo Municipal e aqueles gestores que estão ao seu lado.

Espera-se que o governante escolhido manifeste as virtudes de um líder. Dentre elas, a visão e sensibilidade para tomar decisões junto com aqueles que lhe confiaram seu poder, mesmo que isso lhe custe expor e debater suas próprias convicções. Se teme a participação, tenderá a ficar refém de pequenos grupos, de sucumbir aos desejos dos aliados de “última hora”, de se curvar a acordos que lhe garantam sua estabilidade, cujos objetivos inconfessáveis ameaçam o interesse público maior.

O acesso à informação e transformação da realidade

A sociedade está em constante processo de aprendizado e amadurecimento. Historicamente, experimentamos regimes autoritários de todos os tipos, ligados a oligarquias rurais, urbanas, a militares e pequenas elites circundantes ao poder. Vivemos tempos outros, onde a informação flui com facilidade pelos websites, redes sociais e blogs, escapando ao controle dos donos da mídia; de uma nova geração conectada; e de um Estado cada vez mais exposto ao escrutínio público.

Hoje se permite fiscalizar e controlar líderes políticos como nunca se pôde antes. Por trás do aumento da participação e do controle social sobre o Estado, vemos uma sociedade mais conectada, vemos o amadurecimento de uma nova geração crescida num país mais urbano e uma democracia cada vez mais consolidada com uma sociedade civil mais forte. São processos que envolvem milhões de cidadãos, mesmo que apenas parte da população disponha de educação, tempo e recursos para participar. É um processo de amplo horizonte, em que estamos

nos primeiros passos. Mas por ser uma tendência crescente, os líderes políticos devem dar especial atenção a tais transformações.

O volume de denúncias de corrupção e escândalos é o resultado da facilidade do acesso à informação e da ampliação da esfera pública, com a internet e suas redes sociais e comunidades. A Lei de Acesso à Informação é mais um instrumento para promover essa democracia e ilustrar essas transformações. Ela apenas começa a ser usada para abrir as entranhas do Estado e expor suas partes ocultas. A informação não está mais num armário de ferro, mas num computador. Sendo pública, deve ser compartilhada. Aquilo que antes meia dúzia de privilegiados tinham acesso, pode ser potencialmente acessível a milhões.

É um direito de o cidadão conhecer o Estado, seus agentes, o que fazem, quanto ganham, onde estão sendo gastos os recursos e que negócios faz. O Estado é apenas um guardião dessas informações, que pertencem ao público. Aceitar isso, por parte daqueles que tradicionalmente dominam o Estado, requer uma grande mudança de cultura política. Esse é o ponto de tensão. E onde a “ocupação” do Estado pela sociedade civil requer tanto a virtuosidade de seu povo, como a grandeza dos que ocupam cargos públicos.

A mudança na cultura política envolve uma disputa no significado do que é “público”. Já que, para muitos, o acesso a cargos e recursos “públicos” sempre foi uma espécie de prêmio a ser defendido com unhas e dentes. Os cidadãos passam a se relacionar em outro patamar com os agentes públicos quando conhecem o Estado. A consciência sobre os interesses, responsabilidades e consequências dos processos políticos se traduz gradualmente no reconhecimento da importância de participar e acompanhar processos decisórios.

Essa ocupação do Estado está apenas começando. Vivemos num Estado ainda permeado de segredos, de pessoas bem relacionadas e de privilégios de alguns grupos. Ocupar o Estado não significa acabar com essas relações, apenas expô-las.

Participação e mudança

Como o povo pode participar da vida política, se sequer conhece o Estado, se sequer dispõe de informações? Muitas vezes sequer é ouvido. Por não participar ou não ver frutos nisso, tende a alocar seus recursos e seu tempo de outra forma. Essa atitude contribui para que a realidade simplesmente se reproduza, que pouco mude. É nas relações cotidianas, no comportamento repetitivo e frequentemente inconsciente que as instituições se reproduzem. Em última instância, todas as instituições que balizam e/ou governam nossa vida – inclusive os costumes e a moral – estão estruturadas em nossas práticas cotidianas. Certas estruturas, mesmo que causem danos à população, só podem mudadas com grande esforço coletivo – de onde decorre a importância das grandes mobilizações sociais e dos protestos por mudança.

As pessoas estão se informando mais. É uma mudança sutil, mas que acontece em grande escala. E não há quem possa controlar isso. Com informação, as pessoas podem fazer melhores decisões para suas vidas. Com informação, os cidadãos podem reduzir a assimetria existente com relação a líderes políticos e gestores públicos.

“Ocupar o Estado” significa recuperar aquilo que sempre foi de cada um dos cidadãos. O Estado com suas instituições é a expressão de todo um povo que delegou poder ou deixou de exercê-lo em favor de outrem. Aqueles que detêm o poder, o detêm porque concedemos esse poder a eles, não importa qual seja esse poder. É o do governante, do policial, da justiça, da moral, da escola. Essas instituições dependem de cada um e são extensões de todos. Ter essa consciência abre a possibilidade de recuperar esse poder que, historicamente, está nas mãos de poucos.

Ocupar os espaços públicos significa mostrar que o poder do Estado é mera expressão da vontade coletiva. A existência de tiranos, autocratas e o predomínio de decisões impopulares mostra como o exercício do poder pode ser distorcido com as ausências de sujeitos e o predomínio de alguns. Como decorrência dessa consciência se tem a verdadeira participação nos processos políticos: não apenas votar e eleger alguém, mas sentir-se parte do Estado.

Participação e “ocupação” do Estado

O que vemos em termos de participação é apenas uma parte muito pequena do que é possível, uma vez que essa participação é permitida enquanto não afeta um interesse maior. Como seria o transporte público, o atendimento nos postos de saúde e a qualidade da educação, se a população pudesse participar efetivamente do Governo? Quais seriam as prioridades do Governo? Teríamos ainda tantos cortiços, esgotos a céu aberto, ruas sem calçadas e pessoas morrendo nas portas de hospitais? Será que nós controlamos nossa criatura, o Estado? Se não controlamos, quem o controla? Saberemos isso se conhecermos o Estado, se acessarmos suas informações, como se dão os processos de decisão, quem as toma e quem é beneficiado.

É um processo gradual. Foi com pressão política que tivemos nossa Constituição Cidadã, o Código de Defesa da Criança, o reconhecimento dos direitos dos idosos, das mulheres, dos trabalhadores, etc. Olhando para trás, muitas foram as conquistas. Isso sob o domínio de elites, de uma mídia nas mãos de poucas pessoas e sob uma frágil democracia. Que mais podemos conquistar, se o potencial de acesso à informação e participação for colocado em prática? Como isso pode afetar a gestão pública? Nesse contexto, o que muda nas funções públicas? E nas formas como as decisões são tomadas? Como interfere na legitimidade política?

É natural que muitos tenham medo da mudança. É a soma de nossas pequenas ações egoístas que tornam nossa sociedade egoísta e desunida, que gera uma competição destrutiva e que conduz a líderes oportunistas. É como tomar a pílula vermelha da Matrix. Da parte da sociedade, a mudança se expressa pela capacidade de assumir a responsabilidade e recuperar esse poder. Políticos e a política são apenas parte do problema, são a expressão da “ausência” do público. O desafio é a ocupação social dos espaços de poder e as mudanças institucionais e políticas decorrentes.

A natureza de nossa política é de uma exposição controlada. Isso permitiu que algumas coisas ficassem ocultas. Se ocupamos o Estado e o mostramos como ele é por dentro, expomos a realidade dos que o controlam, tomam decisões e seus beneficiários.

A escolha do Prefeito

Ao Prefeito eleito haverá várias opções. Mas podemos resumi-las em dois polos. A mais confortável será a de construir uma fachada para o público e tomar decisões sem a participação da sociedade – notavelmente aquelas que envolvam mais recursos e sejam de interesse de grupos privilegiados. Essa é a política do esconde uma parte e mostra outra, a política dos conselhos populares de mentirinha, no paternalismo político, das relações de troca. Infelizmente, é a opção que muitos escolhem.

Uma opção mais corajosa e honrada para o próximo Prefeito é fazer de sua gestão um exercício permanente de participação. Usar todos os meios existentes de promover a participação política da sociedade. Promover a ampla transparência e acesso à informação, realizar consultas e audiências públicas. E sempre que tiver de decidir entre interesses distintos, fazê-lo de forma transparente, participativa e justa. Se assim agir, fará da população corresponsável por suas decisões. Estas, por sua vez, estarão cobertas de legitimidade.

Que o povo de São Paulo, em suas melhores disposições e virtudes, se veja refletido no Prefeito eleito. E que este saiba refletir o povo em suas decisões. Que assim, o Estado seja democraticamente ocupado pelo seu povo, fazendo valer os interesses públicos maiores.